



PROCESSO Nº 01/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

CONTRATO Nº 386/ 2020

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARPINA E A EMPRESA T J DA COSTA ALVES ME, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICAM.

Pelo presente instrumento de Contrato, que entre si celebram, de um lado, O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO CARPINA**, Entidade da Administração Pública Municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 13.133.909/0001-60 com sede na Av. Congresso Eucarístico Internacional, 408 – Santa Cruz – Carpina – PE, CEP 55.811-000, através da **SECRETÁRIA DE SAÚDE** representado neste ato pela Sra. **JACILENE LOURDES DA SILVA**, brasileira, solteira, enfermeira, residente na Av. Rosita Freire, 622 – Cajá - Carpina - PE, portador da Carteira de Identidade nº **5.795.606** expedida pela SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº **054.765.474-01**, doravante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado como CONTRATADA a empresa **T J DA COSTA ALVES ME**, com sede na Rua Nova Esperança, 192 – Pixete – São Lourenço da Mata - PE, inscrita no CNPJ **13.198.264/0001-43**, neste ato representada pela Sra. **TEREZA JANAINA DA COSTA ALVES**, residente a Rua Nova Esperança, 192 – Pixete – São Lourenço da Mata - PE, inscrito no CPF/MF **012.248.344-88**, firmar o presente contrato mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, AR COMPRIMIDO E ÓXIDO NITROSO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIDADE MISTA DO CARPINA E PACIENTES ACAMADOS EM DOMICÍLIO DA ATENÇÃO BÁSICA**, conforme detalhamento descrito na Cláusula Segunda e especificações no Anexo I do **EDITAL DO PREGÃO Nº 01/2020, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020, HOMOLOGADA EM 28/02/2020** bem como na proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR

Pelo objeto do presente instrumento o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$ 157.275,00 (cento e cinquenta e sete mil duzentos e setenta e cinco reais)**, conforme disposto na proposta da CONTRATADA, sintetizada nas tabelas abaixo:



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	P. UNIT.	P. TOTAL	
02	OXIGÊNIO MEDICINAL ACONDICIONADO EM TORPEDOS DE 10M ³ . O VENCEDOR DEVERÁ DEXAR 10 CILINDROS DE 10M ³ EM COMODATO.	125	TORP	115,00	14.375,00	COTA 25%
03	OXIGÊNIO MEDICINAL ACONDICIONADO EM TORPEDOS DE 07M ³ . O VENCEDOR DEVERÁ DEXAR 10 CILINDROS DE 7M ³ EM COMODATO.	300	TORP	120,00	36.000,00	EXCLUSIVA
04	OXIGÊNIO MEDICINAL ACONDICIONADO EM TORPEDOS DE 01M ³ . O VENCEDOR DEVERÁ DEXAR 10 CILINDROS DE 01M ³ EM COMODATO.	250	TORP	120,00	30.000,00	EXCLUSIVA
05	OXIGÊNIO MEDICINAL ACONDICIONADO EM TORPEDOS DE 04M ³ . O VENCEDOR DEVERÁ DEXAR 05 CILINDROS DE 4M ³ EM COMODATO.	100	TORP	130,00	13.000,0	EXCLUSIVA
06	OXIDO NITROSO ACONDICIONADO EM TOEPEDO DE 28KG GRAU DE PUREZA "AA" (ABSORÇÃO ATÔMICA), O VENCEDOR DEVERÁ DEIXAR 02 CILINDRO DE 28KG EM COMODATO	3	TORP	4.300,00	12.900,00	EXCLUSIVA
07	AR COMPRIMIDO EM TORPEDO DE 10 M ³ , O VENCEDOR DEVERÁ DEIXAR 10 CILINDROS DE 10M ³ EM COMODATO	250	TORP	140,00	35.000,00	EXCLUSIVA
08	AR COMPRIMIDO EM TORPEDO DE 07 M ³ , O VENCEDOR DEVERÁ DEIXAR 10 CILINDROS DE 07M ³ EM COMODATO	100	TORP	130,00	13.000,00	EXCLUSIVA
09	AR COMPRIMIDO EM TORPEDO DE 4 M ³ , O VENCEDOR DEVERÁ DEIXAR 05 CILINDROS EM 04M ³ EM COMODATO	25	TORP	120,00	3.000,00	EXCLUSIVA

TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ 157.275,00 (cento e cinquenta e sete mil duzentos e setenta e cinco reais).

Parágrafo único. No valor contratual estão incluídas todas as despesas com tributos, fretes, seguros, entre outras, que incidam sobre o objeto ora contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas em decorrência do objeto deste contrato correrão no exercício de 2020 por conta das seguintes dotações orçamentárias:



Atividade: 1030204282.278 - Elemento: 33.90.30.00

Atividade: 1030104282.269 - Elemento: 33.90.30.00

Parágrafo único. Em decorrência da vigência dos créditos orçamentários, se necessário, o CONTRATANTE obriga-se a emitir o empenho suplementar no exercício de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

A **CONTRATADA** deverá entregar o objeto deste contrato atendendo às seguintes condições:

I - Os quantitativos indicados são estimativos, podendo o **CONTRATANTE** executá-lo no todo ou em parte conforme necessidade de consumo e capacidade de armazenamento gerenciada pela Secretaria demandante, respeitados os limites legais de redução e acréscimo;

II - A **CONTRATADA** deverá fornecer o material contratado imediatamente contados da data do recebimento da comunicação oficial (carta de autorização de fornecimento) expedida pela Secretaria Demandante;

III - As autorizações de fornecimento serão encaminhadas via fax, e-mail, portador devidamente autorizado (com protocolo) ou por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos com A.R. (Aviso de Recebimento);

IV - As empresas somente deverão entregar os materiais após recebimento das Autorizações de Fornecimento, nos quantitativos e períodos indicados na referida correspondência oficial;

V - A nota de empenho não é considerada autorização de fornecimento;

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato terá validade da data de sua assinatura até o dia 31/12/2020.

CLÁUSULA SEXTA – RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

A **CONTRATANTE** indicará servidor para acompanhar a execução do contrato, que atestará o recebimento provisório e definitivo do produto fornecido.

§ 1º O objeto será recebido:

I - Provisoriamente, pela **CONTRATANTE**, para verificação da conformidade do fornecimento com as especificações exigidas pelo **CONTRATANTE**;



II - Definitivamente, pela **CONTRATANTE**, após 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, depois de confirmada a compatibilidade das especificações e quantidades constantes na proposta apresentada, e sua consequente aceitação.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

§ 3º Caso o objeto contratual não esteja de acordo com os termos da proposta apresentada, bem como não atenda ao contido no contrato, será o mesmo rejeitado, caso em que terá a **CONTRATADA** o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do comunicado expedido pelo **CONTRATANTE**, para sanar os problemas detectados e, se for o caso, substituir o objeto. A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

§ 4º O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas das Leis Federais nos 8.666/1993 e 10.520/2002, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§ 5º Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do **CONTRATANTE** especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O representante do **CONTRATANTE**, sob pena de responsabilização administrativa, registrará em sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em 10 (dez) dias corridos para a adoção das medidas convenientes.

§ 6º A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão competente.

§ 7º O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o contrato

CLÁUSULA SÉTIMA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO



O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, condicionado, todavia, à juntada simultânea dos seguintes documentos:

I - nota fiscal eletrônica/fatura original da **CONTRATADA** devidamente atestada por servidor designado pelo **CONTRATANTE**;

II - certidões de regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, INSS e FGTS;

III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em atendimento à Lei Federal nº 12.440/2011;

IV - termo de recebimento definitivo.

§ 1º Qualquer atraso na apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da **CONTRATADA**, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do **CONTRATANTE**.

§ 2º O **CONTRATANTE** verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da **CONTRATADA** no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

§ 3º As normas relativas ao processamento da despesa pública exigem que a liquidação e o pagamento sejam efetivados exclusivamente em favor da **CONTRATADA**, devidamente identificada pelo número de inscrição no CNPJ constante deste contrato.

§ 4º O **CONTRATANTE** deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.

§ 5º Com fundamento no artigo 65, §5º, da Lei Federal nº 8.666/1993, quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 6º O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o produto fornecido não estiver de acordo com as especificações dispostas neste contrato e no **EDITAL DO PREGÃO Nº 01/2020**.



CLÁUSULA OITAVA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 65, inciso II, alínea "d", e § 5º da Lei Federal nº 8.666/1993. Parágrafo único. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A **CONTRATADA** deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**

- I - Fornecer o objeto contratual conforme especificações e exigências constantes de sua proposta e do Anexo I do **EDITAL DO PREGÃO Nº 01/2020**;
- II - Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste contrato, sujeitando-se às sanções nele estabelecidas e nas Leis Federais nos 8.666/1993 e 10.520/2002;
- III - Comunicar ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- IV - Responder por quaisquer danos causados diretamente aos equipamentos e a outros bens de propriedade do **CONTRATANTE**, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnicos durante e em decorrência da execução contratual;
- V - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento. O **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**;
- VI - Arcar com os seguros que decorram direta ou indiretamente do contrato, bem como os relativos a quaisquer acidentes e/ou danos causados ao **CONTRATANTE** e a terceiros;



VII - Substituir os produtos que apresentem defeitos de fabricação ou que desatendam às especificações do objeto, sempre que necessário, sem ônus adicionais para o **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do chamado da responsável pelo acompanhamento e fiscalização contratual do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do **CONTRATANTE**:

I - Efetuar o pagamento no prazo e nas condições indicados no contrato, comunicando à **CONTRATADA** quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizá-los;

II - Receber o objeto deste contrato, emitindo atesto de recebimento na nota fiscal/fatura eletrônica;

III - Verificar a qualidade do objeto fornecido pela **CONTRATADA** em conformidade com as especificações exigidas no **EDITAL DO PREGÃO Nº 01/2020**;

IV - Acompanhar e fiscalizar a boa execução do contrato e aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive as penalidades contratual e legalmente previstas, comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas;

V - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

VI - Publicar o extrato deste contrato no seu Diário Oficial de Pernambuco.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADES

O cometimento de irregularidades na execução do contrato administrativo sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nos 8.666/1993 e 10.520/2002.

§ 1º As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a **CONTRATADA** às seguintes sanções:

I - Multa, observados os seguintes limites máximos:

a) pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 0,25% a 1% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor de referência;

b) pela recusa no fornecimento, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 1% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;



c) pela demora em refazer o fornecimento rejeitado ou corrigir falhas, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,25% a 1% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido;

d) pela recusa da **CONTRATADA** em corrigir as falhas no fornecimento, entendendo-se como recusa o fornecimento não efetivado nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;

e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou nas Leis Federais nos 8.666/1993 10.520/2002 e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 0,25% a 1% do valor global do contrato, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, para cada evento.

II - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do sistema de cadastro, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, da **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 3º A pena pecuniária de multa destina-se às hipóteses de:

I - atraso injustificado na execução do contrato;

II - inexecução total ou parcial do contrato.

§ 4º O atraso, para efeito do cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, e a multa será aplicada quando o atraso for superior a 5 (cinco) dias.

§ 5º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades.

§ 6º Objetivando evitar dano ao Erário, o Prefeito Municipal poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à **CONTRATADA** na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.

§ 7º A competência para a aplicação das sanções é atribuída às seguintes autoridades:

I – Prefeito Municipal: impedimento de licitar e contratar a Administração Pública e descredenciamento do sistema de cadastro, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

II – Prefeito Municipal: multa.

§ 8º As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.



§ 9º Na estipulação das sanções, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§ 1º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º A rescisão deste contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos; ou

II - amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**, os casos dos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993; ou

III - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

§ 3º A rescisão unilateral ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade máxima do **CONTRATANTE**.

§ 4º A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação do extrato no Diário Eletrônico do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E À PROPOSTA

Integram o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o **EDITAL DO PREGÃO Nº 01/2020**, com seus anexos, e a proposta da **CONTRATADA**.

§ 1º A **CONTRATADA** fica obrigada a manter durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no **EDITAL PREGÃO Nº 01/2020**, e a regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, CNDT, INSS e FGTS.

§ 2º Este contrato regula-se pelas suas cláusulas, pelas Leis Federais nos 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), e pelos preceitos de



direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONTAGEM DOS PRAZOS

Nos termos do artigo 110 da Lei Federal nº 8.666/1993, na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na sede do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – COMUNICAÇÕES

Todas as comunicações do **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, ou vice-versa, serão efetuadas por escrito e só assim produzirão seus efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICIDADE DOS ATOS

Conforme dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993, os extratos do presente contrato e de eventuais aditivos serão publicados no Diário Oficial de Pernambuco, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/1993, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – TERMO ADITIVO

Qualquer medida que implique alteração dos direitos e obrigações aqui pactuados só poderá ser adotada mediante autorização por escrito das partes, e será obrigatoriamente ratificada por termo aditivo ao contrato, que passará a integrá-lo para todos os efeitos, regulando as ocorrências futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – TOLERÂNCIAS

Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

As partes contratantes se obrigam por si e seus sucessores a fazer o presente instrumento sempre bom, firme e válido ficando eleito o foro de Passira, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas que a tudo assistiram e estiveram presentes.



GOVERNO DE
CARPINA
A FORÇA DO TRABALHO

Carpina, 02 de março de 2020.

JACILENE LOURDES DA SILVA
SECRETÁRIA DE SAÚDE
CONTRATANTE

T J DA COSTA ALVES ME
CONTRATADO

Testemunhas

CPF

CPF